

TESE SOBRE CONJUNTURA POLÍTICA

O Brasil vive a maior crise de sua breve história democrática recente desde o fim da ditadura militar, passando pela promulgação da Constituição que criou as bases da nossa jovem democracia, concluindo a longa e acidentada transição política.

A crise econômica e política em que o Brasil mergulhou é especialmente grave, porque nenhum partido ou agente isolado, nem mesmo o governo, dispõe de meios para antecipar os rumos de sua evolução, nem tem recursos para revertê-la. Em situações extremas como esta, a única saída é o diálogo, a participação e a concertação em torno de um programa mínimo, com amplo respaldo popular. Entretanto, a conjuntura brasileira, pressionada por polarizações artificialmente mantidas e por projetos de poder autorreferidos, sequer abre as brechas necessárias para a construção de um entendimento republicano e, a nosso ver, urgente.

Os principais atores giram em torno de si mesmos como melancólicos zumbis políticos: o governo federal, inteiramente perdido, não demonstra a mínima capacidade de apontar caminhos e liderar avanços, depois de desmoralizar-se fazendo o contrário do que prometera na campanha eleitoral. Construiu um discurso social, demagogicamente escondendo os vestígios da crise econômica que já se evidenciava, e rendeu-se, depois de eleito, ao ajuste às expensas do emprego, dos direitos sociais e da qualidade de vida dos trabalhadores.

A incapacidade de liderança do governo afeta até mesmo as relações com o partido da presidente. O PT tentar desesperadamente eximir-se de responsabilidade pelo desemprego e pela inflação ao anunciar seu afastamento do governo, mas deu sustentação a uma candidatura que confundiu, propositalmente, programa de TV com programa de governo. Menos de um ano e meio após a eleição, resolve apresentar propostas cuja implementação sequer cobrou ao longo dos doze anos em que o partido está no poder. Agora, numa tentativa de não perder a base social, recupera bandeiras já quase esquecidas pelo partido, desenterra palavras de ordem aleatórias, como reforma agrária e taxaço de fortunas, mas de forma descomprometida e inconsequente, já que não aponta como fazer. No mínimo, para ser consistente, deveria apontar, especificamente, em que bases de concertação política atingirá esses objetivos e com que instrumentos de governança e gestão.

As oposições, ressalvadas poucas exceções, exultam com o fracasso do governo e não perdem oportunidade de contribuir para o agravamento da crise, como se o desastre atingisse apenas a presidente e o PT e não a todo o país, como se não produzisse efeitos devastadores para a sociedade, sobretudo para as camadas sociais mais vulneráveis. Se o governo fez o contrário do que prometeu, as oposições votam contra o que sempre defenderam. A demagogia e a hipocrisia contribuem para liquidar a credibilidade da política e dos políticos, afastando o cidadão da vida pública.

Como se não bastasse, o presidente da Câmara recusa-se a renunciar a despeito da gravi-

dade das acusações que lhe dirige o Ministério Público. Usa da chantagem e de seu cargo para interferir no processo de sua cassação que tramita no Conselho de Ética. Enquanto isso, seu partido, o PMDB, persiste em sua tradicional dubiedade, acenando ao mercado e equilibrando-se entre situação e oposição para ocupar posições na máquina do Estado, com pleno respaldo do governo que segue cada vez mais dependente de uma ilusória base parlamentar, que só se move por fartas retribuições de caráter fisiológico.

A crise ganha contornos dramáticos porque estão em risco as conquistas, ainda que precárias e insuficientes, das últimas décadas. No campo econômico, vemos retroceder a redução da miséria absoluta e das desigualdades, a valorização do salário mínimo e a inflação, enquanto a manutenção de benefícios sociais e ambientais está sob pesado ataque no Congresso e no Executivo.

No campo político e dos direitos, vemos diminuir a força da cidadania ativa, de perspectiva integradora e universalista, e o protagonismo independente da sociedade nas redes e nas ruas. Por outro lado, crescem as ameaças de revogação do estatuto do desarmamento, de redução da idade de imputabilidade penal, a imposição por lei de um modelo único de família, a supressão de direitos das mulheres arduamente conquistados, a transferência ao balcão varejista da política das decisões sobre terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental, entre tantos outros exemplos, além da já consumada fragilização do Código Florestal.

Outro componente-chave da conjuntura é a corrupção, que se alastrou, organizada em escala jamais vista, alcançando magnitude bilionária e transformando o crime organizado em crime institucionalizado. O país transita do patrimonialismo para a justiça criminal sem baldeação, enquanto a terra treme.

A boa nova é que a corrupção começa a ser reconhecida como um problema maior, que não deve ser subestimado, tampouco generalizado. Não existe corrupção de direita ou de esquerda, do “mal” ou do “bem”, nem constitui-se monopólio do PT, do PMDB ou de partidos-satélite, os agentes públicos devem ser responsabilizados independente de sua coloração partidária. Como a Justiça provou, o mensalão nasceu no PSDB, mas isso não pode servir de justificativa para sua continuidade no governo do PT ou para que se tenha menos rigor com a corrupção na Petrobrás.

A operação Lava-Jato é a brecha na blindagem do sistema perverso e seu resultado pode ser a passagem para um futuro diferente, não só porque sinaliza o vigor institucional do Ministério Público, da Polícia Federal e da Justiça, mas porque nos permite supor que, depois da tempestade, os sobreviventes receberão, indiretamente, a chancela positiva da honesti-

dade, habilitando-se a agir com credibilidade, restituindo às instituições políticas condições mínimas de funcionamento. Para salvar as instituições políticas do completo descrédito, o primeiro passo é recusar qualquer acordo que implique a obstrução das investigações sobre quem quer que seja ou o bloqueio do exercício autônomo da magistratura. É importante enfatizar, ainda, ...

Isso é urgente e necessário, pois a Lava-Jato é o alvo por excelência dos atores que estão sob investigação e cuja motivação não é proteger a sociedade e muito menos a institucionalidade política. Basta ver a dificuldade que a Câmara vem demonstrando para cassar seu presidente, apesar dos vastos e contundentes indícios de irregularidades na sua ação parlamentar, e sua motivação em paralisar as investigações. O atual governo não o fez, nem terá força para fazê-lo, mesmo que o deseje. Sendo assim, substituir a presidente pelo vice poderia, no desejo de alguns, criar uma aura de que o problema foi resolvido, retirando o suporte da população às investigações em nome de uma suposta estabilização política e econômica.

A Rede já se posicionou publicamente a respeito do pedido de impeachment, um processo garantido pela Constituição que não pode ser considerado um golpe à democracia, mas que não apresenta, por ora, os elementos suficientes para caracterizar a responsabilidade direta da presidente. Vamos continuar mantendo, na Comissão Especial da Câmara, a postura de avaliação isenta, independente e rigorosa de todos os fatos e argumentos jurídicos que forem apresentados, para formar juízo e orientar nosso voto.

A Rede não aceita nenhuma alternativa contrária à Constituição. Avaliamos que a melhor alternativa constitucional para o impasse que vivemos é acompanhar e apoiar o processo que tramita no do TSE. A confirmação das acusações levaria ao descredenciamento a chapa Dilma-Temer, e determinaria a convocação de novas eleições, caso a sentença fosse pronunciada antes do fim do segundo ano do mandato presidencial em curso. É também a mais segura juridicamente e a que dará maior respaldo político para quem vier a assumir o governo, pois coloca a solução nas mãos da sociedade. As novas evidências reveladas pela Lava-Jato reforçam as relações entre o desvio de recursos da Petrobras e o financiamento da campanha da chapa Dilma-Temer, envolvendo inclusive o marqueteiro João Santana.

Entretanto, não cabe pressionar o TSE. Não é compatível com o espírito constitucional buscar interferir nas decisões autônomas dos magistrados, responsáveis por examinar a propriedade ou impropriedade da denúncia, com base em provas, cuja consistência lhes compete avaliar. A Rede Sustentabilidade acompanhará com atenção o julgamento, respeitando a independência do judiciário.

Por fim, esse cenário de crise política é agravado por uma agenda de desenvolvimento equivocada para o País. A simples soma de obras de infraestrutura com as obrigações constitucionais do Governo (saúde, educação ...) e o que se poderia chamar de “agenda social” não

formam, a nosso ver, um projeto de desenvolvimento. É necessária uma visão (para orientar o todo) com metas (para dar concretude à visão) e interações positivas entre as partes (eficiência e eficácia) de modo a formar uma real agenda de desenvolvimento. O Brasil vinha percorrendo uma trajetória altamente dependente de elevados preços das commodities, inclusive do petróleo, com predominância dos setores primário-exportadores e perda de dinamismo em setores inovadores estratégicos, com maior agregação de valor e de conhecimento.

O resultado é que o País ocupa os patamares mais baixos nas cadeias globais de valor e é hoje, antes de tudo, um fornecedor internacional de matérias-primas agrícolas e minerais. É claro que não podemos deixar de explorar estes produtos. Não há dúvida que alternativas inovadoras e sustentáveis em setores primários (sobretudo na agropecuária e na exploração florestal) são importantes. Mas longe de aproveitar estes ganhos setoriais como oportunidade para a emergência de uma economia dinâmica, diversificada e inovadora, o País continuou tendo como prioridade em seus investimentos a construção de hidrelétricas pouco inovadoras e predatórias sob o ângulo socioambiental e uma indústria automobilística incapaz de acompanhar os avanços realizados em suas matrizes. O Brasil não só foi tímido nos investimentos de infraestrutura, como apostou justamente naqueles que o distanciam da fronteira global da inovação.

É verdade que o emprego formal subiu de forma inédita durante os últimos dez anos. Mas justamente o que aumentou foram os empregos de mais baixa remuneração, reflexo de uma opção econômica muito mais voltada para o consumo individual do que para a melhoria da qualidade dos serviços públicos e coletivos, sem os quais não se pode falar em desenvolvimento. Ademais, o desemprego subiu assustadora e rapidamente a medida em que a crise econômica e política se consolidou. O dinheiro saiu do investimento produtivo e foi para a especulação.

O Brasil está se desindustrializando não só em virtude da concorrência asiática, mas pela opção de dar prioridade a setores econômicos cuja capacidade de propagar inovação e dinamismo é baixa. O caso da energia é típico. O Brasil ostenta matriz mais limpa que qualquer país com suas dimensões econômicas e populacionais, porém, enquanto China e Índia (para mencionar apenas países em desenvolvimento) investem em energias renováveis modernas e possuem algumas das maiores corporações globais em energia eólica e solar, o Brasil continua dedicando recursos governamentais, financeiros e de pesquisa, a hidrelétricas caras, com baixo poder de alavancar desenvolvimento e destrutivas dos ambientes sociais e naturais em que são implantadas.

Recursos públicos e dinheiro dos fundos de pensão têm sido usados para levar adiante obras que se mostram inviáveis economicamente, mas por meio das quais a propalada “vontade

política” de retomar o crescimento toma corpo, muitas vezes de forma improvisada e irresponsável, atendendo mais à necessidade de manutenção do poder do que as necessidades da população. Numa sociedade moderna e complexa, a aliança entre Governo e setores econômicos com muito poder e baixa capacidade inovadora pode até, no curto prazo, resultar em alguma melhoria nas condições de vida dos mais pobres. Mas não há chance de que este tipo de coalizão promova mudanças nos comportamentos e na cultura empresarial capazes de favorecer um verdadeiro e amplo processo de desenvolvimento, nem de garantir a consolidação de uma democracia digna desse nome.

Neste momento em que a recessão e a crise fiscal exigem medidas concretas, o compromisso com a justiça e a equidade impõe o sacrifício de privilégios concedidos aos grupos de maior renda para que os repetidos déficits orçamentários não pressionem ainda mais a já elevada dívida pública e a capacidade de investimento público em favor dos mais vulneráveis. A presidente Dilma iniciou seu primeiro mandato com uma dívida bruta de cerca de R\$ 2 trilhões, que representava 55% do PIB. Chega ao final do primeiro ano do segundo mandato com a dívida alcançando um valor próximo ao dobro (R\$ 3,93 trilhões) e um acréscimo de 11 % em relação ao PIB.

Ao longo desse período, abusou das altas taxas de juros e dos benefícios fiscais e creditícios a setores e empresas escolhidas a partir de critérios pouco transparentes, quando não equivocados. Apenas no Programa de Sustentação do Investimento – PSI, o governo injetou R\$ 500 bilhões para que o BNDES empreste a juros de 3% ao ano, inclusive para empresas que têm recursos aplicados no mercado financeiro, muitas vezes em títulos do próprio governo, com rendimento superior a 10% a.a.

Por outro lado, nenhum ajuste terá legitimidade se não estiver vinculado a um horizonte realista e promissor que aponte para mudanças no modelo de desenvolvimento e para a redução de desigualdades, agora em bases robustas. Nenhum ajuste conquistará o apoio do conjunto da sociedade se não representar a etapa preparatória de um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentável, em que o aumento na renda de famílias mais pobres seja acompanhado por investimentos capazes de oferecer bens e serviços públicos e coletivos sem os quais não se pode falar em desenvolvimento, tais como educação e saúde de qualidade, segurança com respeito aos direitos humanos, saneamento, mobilidade, acesso às melhores oportunidades da vida urbana, soberania e segurança alimentar e nutricional, proteção e uso sustentável dos recursos naturais e instituições democráticas preparadas para garantir direitos de cidadania aos mais pobres.

O principal desafio econômico do Brasil de hoje não é apenas a volta do crescimento. É que se defina, vale insistir, um rumo para este crescimento. A proliferação de planos e propostas para sair da crise só amplificam a dissonância e dificultam o diálogo. Já são 6 até o momento,

dois governamentais encabeçados primeiro por Levy e depois por Nelson Barbosa, outros dois do PT - um lançado pela Fundação Perseu Abramo e outro pelo partido - e outros dois pelo PMDB patrocinados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo vice-presidente Michel Temer.

A renovação virá da sociedade, para que as bases de confiabilidade nas instituições políticas democráticas e republicanas sejam resgatadas. É preciso pactuar princípios e diretrizes que afirme a potência do protagonismo cidadão na discussão, elaboração e implementação das políticas públicas e sirva de base para uma transição que prepare o País para um novo período de desenvolvimento. A Rede Sustentabilidade apenas inicia sua vida institucional, mas coloca algumas diretrizes como contribuição na busca de caminhos.

1. Limitação de todo poder por meio da transparência e do controle social. O apoio às investigações que vem sendo conduzidas pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal é condição para restabelecer a credibilidade das instituições.
2. Política econômica que combine equilíbrio fiscal, controle da inflação, diminuição dos juros e redução das desigualdades sociais. A reforma tributária é um elemento fundamental para isso, desde que tenha como pressupostos o não aumento da carga tributária, a justiça social, a simplificação burocrática e a descentralização.
3. Foco das políticas sociais para os segmentos sociais mais vulneráveis. É preciso realocar recursos para priorizar educação, saúde, transferência de renda e segurança.
4. Reconfiguração dos padrões de desempenho do setor público, com definição de indicadores, metas e avaliação permanente de resultados das políticas públicas e o estabelecimento de regras claras, ágeis, confiáveis e justas.
5. Estabilização e reestruturação da dívida pública. Não podemos continuar enxugando gelo com superávits primários que desaparecem para pagar juros estratosféricos, mas também é preciso ter consciência de que fica mais difícil reduzir juros se o governo depende do mercado financeiro para fechar suas contas.
6. Reposicionamento do Brasil no cenário internacional, com políticas de incentivo ao ganho de produtividade nos setores dinâmicos da economia, com maior agregação de valor, de conhecimento e de sustentabilidade ambiental.
7. Construção das bases políticas para um modelo de desenvolvimento justo e sustentável, com predomínio da ética e do compromisso com os recursos naturais e a distribuição da renda e da riqueza.

Quando não há clima para o diálogo e a concertação, quando ela não parece possível, como é o caso hoje no Brasil, é o momento em que ela é indispensável. O Brasil pode recuperar condições republicanas de governabilidade com base na pactuação de uma agenda estratégica que oriente os compromissos políticos necessários para construir as saídas para a crise.